



Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas

Trans women, gender violence and the permanent witch hunt

Silvana MARINHO*

<https://orcid.org/0000-0003-3110-3902>

Resumo: Neste artigo, a violência transfóbica será tratada no escopo da violência de gênero, compreendida como uma violência estrutural, que é histórica e sistemática, a partir de um processo permanente de caça às bruxas, expressão máxima do patriarcado junto com o colonialismo e o racismo, vinculada estruturalmente à acumulação primitiva. Em nossas análises, a transfobia não estará apenas no terreno da violência letal, mas, antes, em processos cotidianos e sistemáticos de violações de direitos, em face dos efeitos da mundialização do capital e da ofensiva ultraneoliberal em países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil. Todos esses elementos são analisados como determinantes para a exclusão estrutural de pessoas trans, afirmando-se, também, que a violência transfóbica se realiza na medida em que as mulheres trans exercem resistência à matriz hegemônica de gênero.

Palavras-chave: Transfobia. Mulheres Trans. Violência de Gênero. Acumulação Primitiva. Crise do Capital.

Abstract: In this article, transphobic violence will be dealt with within the scope of gender violence, understood as historical and systematic structural violence based on a permanent *witch hunt* process. It is the maximum expression of patriarchy alongside colonialism and racism, structurally linked to primitive accumulation. In our analysis, transphobia is not only found in the field of lethal violence, but in the daily and systematic processes of rights violations. This results from the effects of the globalization of capital and the ultra-neoliberal offensive in countries with peripheral and dependent capitalism such as Brazil. All these elements are analyzed as determinants for the structural exclusion of trans people, and states that transphobic violence occurs as trans women resist the hegemonic gender matrix.

Keywords: Transphobia. Trans women. Gender Violence. Primitive Accumulation. Capital Crisis.

Submetido em: 1º/7/2020. Aceito em: 16/9/2020.

* Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, 296, Urca, Rio de Janeiro/RJ. Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Gênero (LIEIG/NEPP-DH UFRJ), com apoio à pesquisa pela CAPES, sob o processo nº 88882.424620/2019-01. E-mail: marinho.silvana@gmail.com.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O fenômeno da violência de gênero ganhou a cena política dos anos de 1990 no Brasil com a reivindicação dos movimentos feministas e de mulheres e com os debates acadêmicos amadurecidos a partir da apropriação do conceito de gênero – ante a utilização do termo violência contra as mulheres nos anos de 1980 –, justamente para dar visibilidade a uma violência marcada pelas relações desiguais de poder e pela sujeição da categoria social mulheres.

Estudos sobre a dinâmica das relações violentas no âmbito doméstico e intrafamiliar se consolidaram no Brasil, assim como uma ossatura de políticas públicas, evidenciando que *o pessoal é político*. Nesse conjunto de estudos, temos um lastro de contribuições teóricas feministas importantíssimas para o reconhecimento da violência de gênero tanto no âmbito interpessoal quanto societal, entendidas como esferas que se interpenetram. Destacam-se, entre essas contribuições, as de Heleieth Saffioti (2004), para a qual a violência de gênero é expressão do sistema dominação-exploração, a partir do paradigma do patriarcado, em simbiose com o capitalismo e o racismo.

Para as reflexões deste artigo, a violência de gênero terá um tratamento analítico mais amplo, recolocando-a no escopo da violência estrutural a que estão expostas as mulheres. Isso exige abordarmos os efeitos da globalização sobre suas vidas, bem como do desmonte das políticas públicas e do atual processo de desdemocratização do neoliberalismo em países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil.

No estatuto teórico e político da violência de gênero, podemos encontrar reflexões feministas atuais que apontam para uma sistemática *guerra contra as mulheres*, como as de Rita Segato (2016), cuja tese é a de que a guerra às mulheres expressa a *pedagogia da crueldade*, uma estratégia de reprodução do sistema colonial moderno, e de Silvia Federici (2017; 2019), com a qual é possível conferir à violência de gênero *a carga histórica da caça às bruxas*, bem como *a sua atualidade*.

Conforme Federici (2017) assevera, o fenômeno da caça às bruxas não diz respeito apenas ao passado, ao contrário, guarda vínculos estruturais com a agenda mundial da globalização capitalista.

Se aplicarmos, no entanto, as lições do passado ao presente, nos damos conta de que a reaparição da caça às bruxas em tantas partes do mundo durante a década de 1980 e 1990 constitui um sintoma claro de um novo processo de ‘acumulação primitiva’, o que significa que a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão têm voltado a fazer parte da agenda mundial (FEDERICI, 2017, p. 417).

Trata-se, pois, de um *processo permanente de caça às bruxas* que, em sentido ampliado, compreende uma série de violências direcionada às mulheres em sua extensa diversidade: mulheres jovens; periféricas; negras; indígenas; do campo; idosas; cis; trans; lésbicas; feministas etc. A historiadora italiana termina seu *Calibã e a Bruxa* (FEDERICI, 2017) nos convidando a nos reconhecermos no processo de perseguição às

bruxas, pois os fenômenos vinculados a ele dizem sobre algo muito próximo a nós também.

Com efeito, a caça às bruxas do presente engloba uma complexidade de violações de natureza estrutural com a agenda neoliberal, em especial, nos países do Sul. Diversos são os efeitos e impactos na vida das mulheres com a mercantilização das políticas sociais, com a privatização da educação e da saúde, com o controle capitalista global sobre a produção e a reprodução social e com o desmonte de direitos de cidadania e da já frágil democracia brasileira.

É possível, assim, exemplificar *o processo permanente de caça às bruxas* desde a sub-representação político-partidária de mulheres (sobretudo negras, periféricas, jovens, lésbicas e trans) aos números alarmantes de feminicídios e de violência sexual contra as mulheres, passando pelas negligências e violações em saúde sexual e reprodutiva nos serviços públicos e privados de saúde; pelos assassinatos de meninas e mulheres negras de favelas em face da violência estatal-policial; pelas estatísticas dos piores salários, subempregos e precárias condições de moradia a que estão expostas as mulheres; pelos inúmeros deslocamentos forçados; pela destruição das florestas, dos recursos naturais e dos territórios indígenas; pelo uso excessivo de agrotóxicos e poluição das águas atingindo as condições de vida de comunidades ribeirinhas; pela dominância do agronegócio e a transformação de terras de subsistência em soja e gado; pelos ataques dos poderes executivo e legislativo aos direitos previdenciários das trabalhadoras idosas e trabalhadoras rurais; pela representação social única do ser mulher do *ethos* burguês na mídia televisiva; pela trágica problemática social de expulsão de jovens lésbicas e trans de suas casas por familiares; pela evasão escolar de meninas em virtude das discriminações raciais, étnicas, sexuais e de gênero; pelo epistemicídio da produção intelectual, acadêmica e literária de mulheres, sobretudo negras e trans; pela frágil ossatura de políticas públicas de equidade de gênero e raça; pelas insipientes conquistas a conta-gotas de mulheres trans no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais; chegando às agressões, humilhações, silenciamentos e invisibilizações cotidianas e continuadas de mulheres, especialmente pobres, negras e trans.

A partir desse olhar macroscópico, não há como discordar da tese de Federici (2019), de que o cenário da globalização, em todas as suas formas capitalistas (ajuste estrutural, liberalização do comércio, guerras de baixa intensidade), é, em essência, *uma guerra contra as mulheres*, particularmente devastadora para as mulheres do terceiro mundo, embora também prejudique a vida de mulheres em todo o planeta. Em termos de enfrentamento a essa guerra, a historiadora marxista advoga que a luta feminista precisa atacar os problemas de fundo das mulheres, distanciando-se do esvaziamento do discurso do empoderamento, o que requer uma luta anticapitalista, uma luta contra a globalização capitalista e suas agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No presente artigo, o permanente processo de caça às bruxas que incide sobre as mulheres, como elemento estrutural da também contínua acumulação primitiva, será

refletido tomando como referência as mulheres trans, aqui compreendidas como as travestis, as mulheres transexuais, transgêneras e, ainda, aquelas com expressões múltiplas não cisgêneras¹ de feminilidade. Essas expressões e identidades de gênero são experiências assignadas pelas próprias sujeitas históricas e políticas que, hoje, seja no movimento social, no campo acadêmico ou no campo das políticas públicas, têm sido aglutinadas no *termo trans*.

Esse universo de pertencimentos de gênero vai interagir também com as diferentes formas de discriminações e preconceitos sentidas no cotidiano, uma vez que, inobstante a inexistência de dados socioeconômicos e culturais sobre a população trans, é possível falar em uma “[...] pirâmide social das transdiversidades [...]” (MARINHO; ALMEIDA, 2019, p. 124), na qual as identidades mais estigmatizadas estão na base, como as travestis. Elas se inscrevem em processos ainda mais precários de produção e reprodução da vida. Isso se explica, entre outros aspectos, porque existe uma representação social, científica e militante diferenciada, por exemplo, entre as identidades travesti e transexual, construída no decurso de uma história recente (nacional e internacional). Diferentemente do termo transexual, importado dos países da Europa e da América do Norte e há pouco tempo circulante no Brasil, a travesti é uma identidade da América Latina, constituída como um termo cultural de massa na sociedade brasileira para a pessoa que, designada homem ao nascer, adota o gênero feminino (LEITE JR, 2008); uma identidade que fora historicamente vinculada à imagem de violência, marginalidade e prostituição.

Sustentaremos que a caça às bruxas tem muitas faces, e uma delas pode ser expressa pela *transfobia*, o que nos exige tornar sua compreensão social como um fenômeno complexo de discriminações, negações de direitos e violências, consubstanciado pelo sistema de exploração-opressão da modernidade colonial (patriarcado, capitalismo/imperialismo, racismo) estruturante das relações sociais.

As violências transfóbicas, seja na produção teórica ou nos debates políticos, são geralmente autonomizadas dos processos macrosociais, debatidas no campo da cultura, dos valores, do discurso religioso, da democracia e da cidadania, como se também fossem esferas autonomizadas das relações de produção e reprodução da globalização capitalista. Muitas ainda são as análises que tratam da dimensão da opressão separada da categoria exploração, e, na tradição marxista, a apreensão da *exploração-opressão* como unidade ainda não ocupa um lugar central.

No que diz respeito aos estudos sobre mundialização do capital com uma perspectiva de gênero, no Brasil e no mundo, eles ainda não se tornaram expressivos, sendo as mulheres desvalorizadas enquanto atores econômicos nas esferas do capitalismo globalizante (HIRATA, 2010). Predominantemente, os componentes da exploração

¹ Pessoas cisgêneras ou *cis* são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer em razão de sua genitália, ao passo que mulheres trans são aquelas que não se identificam com as expectativas sociais de gênero que lhes foram impostas, expressando-se pelo gênero oposto àquele assignado à genitália de seu nascimento. Diante da forte presença de uma leitura binária e biologicista sobre os corpos, ativistas trans consideram que o termo cisgênero demarca uma condição política na teia social, sendo utilizado pela comunidade trans para situar uma resistência aos termos biologizantes como *mulheres de verdade* e *mulheres normais* (DUMARESQ, 2014).

capitalista são examinados pela extração de mais-valia, desconsiderando-se que sua maximização conta com os processos de opressão socioeconômica ao não incorporarem a dimensão da divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2012).

Destarte, apoiar-se no pensamento de Silvia Federici se faz importante para uma análise da totalidade social de modo a perseguir a indissociabilidade entre as determinações de gênero e classe. Conforme Federici (2017) afirma, gênero é uma especificação das relações de classe, e a história das mulheres é a história das classes, uma vez que a chegada do capitalismo, com a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais, introduziu mudanças na posição social das mulheres.

1 Opressão-exploração e a violência da permanente acumulação primitiva

A analítica do *nó entre classe, gênero e raça/etnia* de Saffioti (2004) como três contradições estruturadoras das relações sociais desiguais da sociedade brasileira, que exprime a *simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo*, opera como um solo de análise central para a nossa discussão. Dominação e exploração são consideradas pela socióloga feminista brasileira como faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida social. Afinal, “[...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Nas suas palavras:

A **dominação-exploração** constitui um único fenômeno apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade (SAFFIOTI, 2004, p. 106, grifos nossos).

[...] o **patriarcado**, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de Oikos (doméstica). De outra parte, o **capitalismo** também mercantilizou todas as relações sociais, [...]. Da mesma forma **raça/etnia**, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprime sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas. (SAFFIOTI, 2004, p. 125-126, grifos nossos).

Por essa forma, não se desistoriciza o conceito de patriarcado, pois está situado não como uma relação da esfera do privado, mas como um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da vida social, expressando-se como uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004). Merece lembrar que a feminista brasileira fala em termos de modo de produção capitalista, e não em termos de lógica do capital, justamente porque o modo de produção capitalista é o resultado histórico da simbiose *capitalismo-racismo-patriarcado* e porque presume reprodução social.

Nessa direção, Federici (2017), ao analisar os processos de acumulação primitiva sob uma abordagem feminista e de classe, trouxe-nos uma série de determinantes

históricos, até então não estudados, que compuseram a crise do feudalismo, permitindo, assim, a sua transição para o capitalismo. No estudo das determinações históricas do desenvolvimento capitalista, além da expropriação do campesinato, pondo fim às sociedades comunais, e da conquista da América com o sistema escravagista, Federici (2017) examinou a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII conferindo-lhe importância histórica e determinante para a acumulação primitiva.

A partir desse achado histórico, Federici (2017) nos apresenta a tese de que a caça às bruxas da Era Moderna interagiu, de forma estrutural, com a escravidão e os cercamentos para a constituição da acumulação capitalista, na qual a violência e a expropriação, praticadas pelas classes dominantes que então se formavam, ocorreram de maneira ainda mais severa sobre as mulheres, configurando uma histórica, sistemática e também estrutural degradação das mulheres no curso do desenvolvimento do capitalismo, que se estende até os dias atuais.

Nesse sentido, a relevância e atualidade de sua tese, tanto para o pensamento feminista e marxista quanto para as questões de gênero e sexualidade, é justamente a de elaborar as devidas conexões entre passado e presente, em especial, no que diz respeito às técnicas de controle social e extermínio acionadas no presente, que ainda podem ser vistas como uma caça às bruxas.

Concordando com a tese de Federici (2017) de que a *acumulação primitiva capitalista* é, na verdade, *estrutural e permanente* e que, historicamente, ela somente se tornou possível com o recurso da violência da dissociação do ser humano dos seus meios de sobrevivência, do colonialismo, do racismo e do patriarcado, tendo este último como máxima expressão a caça às bruxas, é premente refletirmos sobre o *processo permanente de apagamento, perseguição e degradação das mulheres* do presente, que vem combinado a um *processo contemporâneo de desumanização*, estratégia de dominação importada da modernidade colonial. A permanência de um se retroalimenta pela permanência do outro.

Na descrição analítica da acumulação primitiva, Federici (2017, p. 26) inclui uma série de fenômenos que não foram trabalhados por Marx, que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos, a autora identifica “[...] o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho [...]” (FEDERICI, 2017, p. 26); “[...] a construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens [...]” (FEDERICI, 2017, p. 26); “[...] a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores [...]” (FEDERICI, 2017, p. 26); e, por fim, o elemento que a autora colocou no centro da sua análise da acumulação primitiva: “[...] a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII [...]” (FEDERICI, 2017, p. 26), ocorrida na Europa e no chamado Novo Mundo, sustentando que a perseguição às bruxas “[...] foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p. 26).

Refletindo acerca das conexões entre produção e reprodução, esferas inseparáveis, a feminista italiana evidenciou que o modo de produção capitalista promoveu a inferiorização do trabalho doméstico ao dissociar o trabalho produtivo do reprodutivo. Tal separação artificial entre essas esferas contribuiu para localizar uma separação também entre homens e mulheres nunca antes sentida na História. Perante os seus estudos, a feminista assevera que as diferenças de gênero eram menos marcadas nas sociedades comunais justamente porque produção e reprodução não eram hierarquizadas, quando mulheres executavam tanto atividades vinculadas à subsistência de si e de sua família quanto as atividades domésticas. No entanto, a hierarquização dessas atividades com o capitalismo confinou as mulheres ao trabalho doméstico, sendo considerado como vocação feminina, como algo natural.

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre a produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho (FEDERICI, 2017, p. 145).

Além dessa marca estrutural da organização capitalista do trabalho, Federici (2017, 2019) também traz contextualidade histórica à violência da expropriação da acumulação primitiva sobre as mulheres. Segundo ela, a prática dos cercamentos expulsou as mulheres de seus vilarejos, retirando-lhes a possibilidade de sustento e de mobilidade, tornando-as nômades e mais suscetíveis ao empobrecimento e à violência dos homens. Uma prática que se repõe na contemporaneidade, uma vez que testemunhamos, hoje ainda, com a nova fase da globalização: o empobrecimento, as rebeliões e a escala do *crime*, que são elementos estruturais da acumulação capitalista na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor seu domínio (FEDERICI, 2017).

2 Crise capitalista e violência contra mulheres trans: elementos de análise da atualidade da caça às bruxas

Após a crise global do capitalismo, de 1970, o mundo experimentou a chamada acumulação flexível, não mais sob o curso da internacionalização do capital industrial, mas sob a financeirização da economia global. Antunes e Druck (2014) afirmam que, desses tempos até o presente, temos vivido a corrosão do trabalho regulamentado, substituído pelas diversas formas de trabalho flexível, sintetizada da seguinte maneira: a informalização, que antes era exceção, hoje é a regra; a precarização se constitui como o centro da dinâmica do capitalismo flexível; e a terceirização se torna a tendência das formas de compra e venda da força de trabalho.

Na divisão internacional do trabalho, países do Norte e do Sul não passam por esses processos da mesma maneira. Considerando a particularidade da sociedade brasileira, de capitalismo estruturalmente dependente e periférico, cumprindo a função histórica de fornecer elementos para a acumulação de capital no centro (OLIVEIRA, 2003), ela

se inscreve no processo que Antunes (2006) denomina “[...] precarização estrutural do trabalho [...]” (ANTUNES, 2006, p. 48), sendo-lhe exigido, pelos capitais globais, o desmonte da legislação social protetora do trabalho com a flexibilização dos direitos trabalhistas, ao forçarem os governos nacionais a se ajustarem à fase da acumulação flexível.

Desse modo, a mundialização do capital, como projeto de classe, também produz impactos nas políticas sociais. Trata-se de um projeto, como Harvey assinala (2011), que impõe a era da globalização, da flexibilização dos empregos, da privatização dos serviços sociais e do encolhimento do Estado no que tange à intervenção social.

No Brasil atual, de governança autoritária e fascista, a classe trabalhadora vem sofrendo, de forma acachapante, com a agenda ultraneoliberal e entreguista ao capital internacional, com contrarreformas trabalhista e previdenciária, Lei Ordinária 13.467/2017 e Emenda Constitucional 103/2019, respectivamente, além do congelamento dos gastos sociais definido na Emenda Constitucional 95/2016, aprovada em tempos de golpe.

Não é demasiado lembrar que as contrarreformas se dão no interior do processo de crise estrutural do capital, inserindo-se no movimento geral de concentração e centralização de capital. A atual crise de 2008 do capitalismo, que advém da crise do setor imobiliário e financeiro dos EUA, abalando sua hegemonia, está relacionada com as próprias crises sistêmicas do capitalismo e, portanto, acaba por remodelar as tendências expansionistas do capitalismo e a sua mundialização (HARVEY, 2011).

Nessa ânsia incessante de expansão e acumulação do capital, os países do Sul Global são os mais afetados, tendo em vista o lugar subalterno que ocupam na divisão internacional do trabalho, assim como a frágil configuração dos seus modelos e experiências de democracia. Todos esses efeitos da expansão do capital global incidem, sobremaneira, nas condições de vida das mulheres trans como classe trabalhadora empobrecida. Lembremos que o capital, para manter controle sobre o processo de trabalho, mobilize qualquer relação social da diferença.

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo e se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa. Tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho: para o controle do capital sobre o trabalho e para a concorrência entre os trabalhadores (HARVEY, 2011, p. 57).

A pobreza é aqui entendida vinculada a uma concepção alargada de questão social no sentido de que ela não reflete apenas disparidades econômico-sociais, mas, também, aquelas de ordem política e cultural. De acordo com Yazbek (2001), “[...] a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” (YAZBEK, 2001, p. 34). A condição social de pobreza das pessoas trans em razão das desigualdades de poder e de direitos interage na consubstancialidade das desvantagens sociais que possuem.

Amplificando tal condição social, destaca-se a cena neoconservadora e obscurantista atual da sociedade brasileira, cuja formação social tem a marca do escravismo e do patriarcado e cuja formação histórico-política tem o estatuto de ex-colônia, pois ela agudiza ideologias opressoras de gênero, raça/etnia, classe, geração e sexualidade.

Em nosso tecido social, temos nos deparado com a eliminação diária de corpos, mentes e vidas de mulheres. O fenômeno do feminicídio é lembrado e comentado de maneira espalhada pelos telejornais e tem tido a atenção do poder público no âmbito do legislativo, executivo e judiciário, desde a sua tipificação penal com a Lei 13.104, de 2015, apesar de uma série de inconsistências, fragilidades e retrocessos no escopo das ações governamentais que se seguem com a atual governança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ocupado por uma pastora evangélica, cuja personalidade reúne uma série de posturas, falas e discursos francamente criticados por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.

No que tange às mulheres trans, a realidade é ainda mais complexa e violadora de direitos, tendo em vista que o Estado não tem assumido a responsabilidade para com o mapeamento da violência transfóbica e seu respectivo enfrentamento. Diante dessa ausência, a Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil (Rede Trans Brasil), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBET) e o recente Observatório da Violência contra Pessoas Trans na América Latina e Caribe (Observatório LAC) vêm realizando o mapeamento e o monitoramento de homicídios de pessoas trans no País, por meio de um esforço de levantamento de dados hemerográficos.

O Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras, da ANTRA e do IBTE, em sua terceira edição, referente ao ano de 2019, enfatiza que o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, registrando-se que, ao longo do ano de 2019, foi possível contabilizar 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans, chamando a devida atenção, inclusive, para o fato de que há uma expressiva subnotificação dos dados, contribuindo para a invisibilidade dessas mortes (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Na linha de raciocínio perseguida neste artigo, cabe dizer que uma determinada nomenclatura, termo ou expressão identitária não terá a pretensão de dar conta do mosaico de signos, vivências e experiências cotidianas de pessoas trans. Amara Rodovalho (2017) trata das insuficiências da autoidentificação e afirma que uma coisa é como a pessoa se vê, e outra é como ela é lida.

[...] a auto-identificação não dá conta de resolver o caso, visto que o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos entre o que é ser e o que é parecer (RODOVALHO, 2017, p. 369).

Para Judith Butler (2003), no âmbito dos binarismos de gênero, suas normativas indicam uma matriz de inteligibilidade, seja pela anatomia de nascimento como disparador para a constituição de uma determinada identidade de gênero, seja pela

(cis)heterossexualidade como unidade entre o gênero e a sexualidade numa *su(im)posta* coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Isso irá localizar o que será uma mulher inteligível, isto é, *uma mulher de verdade*, segundo o discurso essencializador e biologicista dessa matriz de gênero.

É justamente nesse movimento de sentidos de como determinados corpos são lidos que se pode tratar dos *processos de desumanização* a que as mulheres trans estão expostas. Butler (2002) explica que há uma abjeção de certos tipos de corpos, o que significa sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade. Assim, corpos abjetos são aqueles que não deveriam existir, tomando como referência determinada matriz cultural. São corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante.

Trazendo esse raciocínio à realidade concreta, lembremos do assassinato de Dandara Kettlyn de Velasques, uma travesti de 42 anos de Fortaleza (Ceará). Seu assassinato a tiros à luz do dia, em 2017, foi precedido de um traço marcante nesse tipo de violência transfóbica, que guarda em si uma dimensão simbólica, qual seja: o de que não basta matar, é preciso desumanizar. Doze foram seus algozes (sete homens adultos e cinco adolescentes)², que a humilharam como travesti, a torturaram, a espancaram brutalmente com chutes, pontapés e pedaços de madeira, jogando-a num carrinho de mão, enquanto um deles filmava o feito (patriarcal) ao som de risos e xingamentos de *baitola* e de *imundiça*, divulgando posteriormente o vídeo nas redes sociais.

Não é exagero dizer que mais do que ter sido assassinada, ela foi caçada como bruxa, queimada na fogueira do presente, sendo lembrada de que seu corpo é abjeto, e sua existência deve ser eliminada.

Essa cena é emblemática do que representa a força institucional do patriarcado que dá sustentação à sociedade (em especial, homens, mas não exclusivamente), a tratar o corpo de uma travesti como um corpo eliminável. Podemos chamá-la da *pedagogia da crueldade*, como assinala Segato (2016), que é aprendida e reproduzida, tendo a tolerância de um tecido social patriarcal. Uma violência que é a expressão do projeto das coisas – o projeto histórico do capital em sua fase apocalíptica – em detrimento do projeto dos afetos: “[...] se trata de crímenes del patriarcado colonial moderno de alta intensidad, contra todo lo que lo desestabiliza, contra todo lo que parece conspirar y desafiar su control” (SEGATO, 2016, p. 96).

E ela não termina por aí, porque também nas instituições de segurança pública os casos de violências contra pessoas trans são negligenciados, sem a atenção devida à investigação; na imprensa, seus nomes femininos não são respeitados; nos órgãos de pesquisas e mapeamentos das violências, as pessoas trans são desconsideradas das estatísticas e dos indicadores sociais; nas unidades de saúde, sofrem omissões de socorro e de atendimento médico; etc. Em suma, uma escalada de processos violentos

² Segundo notícias jornalísticas, apenas um ano depois, em abril de 2018, cinco dos sete adultos, levados a júri popular, foram condenados por homicídio triplamente qualificado e corrupção de menores; os outros dois foragidos foram presos mais recentemente. Os adolescentes envolvidos estão em privação de liberdade cumprindo medidas socioeducativas (MARTINELLI, 2019; PAULA, 2020).

que ganham uma organicidade estrutural assentada no sistema de opressão-exploração.

Acerca do último exemplo, da negligência de atendimento médico, merece também a lembrança de um outro vídeo (datado em 2016, um ano antes do assassinato de Dandara) que circulou na internet com cenas bárbaras da violência transfóbica, seja a direta, seja a indireta, pela sua naturalização. Trata-se da transexual Natylla Mota Barreto, de 21 anos, que, ao transitar de mãos dadas com seu companheiro por uma praça de uma cidade da Bahia, foi agredida e esfaqueada por um casal e mais duas pessoas, após revidar hostilizações que tinham como fundo a defesa de um (suposto) direito à cidade tão somente às *peças de família*³.

Ferida, a jovem trans arrastou-se até uma unidade de saúde da localidade, sendo perseguida por uma mulher entre os/as suspeitos/as. O vídeo mostra Natylla ensanguentada no chão do corredor da unidade médica pedindo socorro, sendo ignorada pelos/as profissionais de saúde que circulavam pelo corredor, ao mesmo tempo que continuava a ser agredida pela mulher que a perseguiu. Narrar tal atrocidade é um exercício custoso pela sua capacidade de chocar, sendo difícil mensurar o que é mais violento: se a sequência de agressões dentro de uma unidade de saúde sem qualquer interceptação de outrem ou se a completa negligência de profissionais da saúde que passavam pela transexual, quase que a reduzindo a um pano de chão sujo de sangue que não fala, não grita, não pede socorro, não sente dor, não existe.

Natylla sofreu violência cultural com as hostilizações, violência física pelos golpes de facas e agressões, violência institucional pela omissão da unidade de saúde, e, se formos mais a fundo, podemos até mesmo descobrir que, em sua trajetória, pode ter vivenciado, também, violência escolar, violência no trabalho, violência doméstica e intrafamiliar. O que precisamos reter é que todas essas violências são camadas de uma violência estrutural de base (cis)heteropatriarcal e racista da sociabilidade burguesa.

Em estudo recente, de natureza teórica e empírica, sobre a participação de pessoas trans no mercado de trabalho e as formas com as quais suas corporeidades têm sido apropriadas pela ordem capitalista patriarcal, Marinho e Almeida (2019) identificam que os efeitos das novas formas que o trabalho assume na contemporaneidade se agudizam quando o segmento da classe trabalhadora são as pessoas trans, pois estão ainda mais expostas aos signos da precarização, informalização, degradação e produtividade, com a particularidade de passarem por violações de direitos e violências cotidianas em razão de sua identidade de gênero.

Ademais, considerando que a distribuição do trabalho social é mediada pelas relações patriarcais de gênero, Marinho e Almeida (2019) concluem que a inferiorização social dos corpos trans passa a compor a dinâmica estrutural do capitalismo. Sejam esses corpos fortemente explorados pelo signo da produtividade, sejam amontoados na massa da força de trabalho sobrando, na informalidade ou invisíveis nas fileiras do

³ Conforme diz a matéria jornalística do site *Catraca Livre*, “As pessoas começaram a hostilizá-los e pediram para eles saírem dali porque era um local de família” (APÓS..., 2016, não paginado).

exército industrial de reserva, eles conformarão o todo complexo de acumulação e realização de capital.

Esses achados de pesquisa sobre as condições de vida de pessoas trans têm potencial de diálogo com as teses aqui apresentadas de Federici. A feminista italiana nos ajuda a pensar que a transição do feudalismo para o capitalismo se processou por uma *acumulação de trabalho* e, por consequência, por uma *acumulação de violências*.

Portanto, a acumulação primitiva pode ser entendida como a *simbiose entre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado*. Um processo histórico e contínuo de apropriação dos meios de sobrevivência e de existência numa relação dialética entre acumulação e expropriação. As mesmas estratégias históricas da acumulação primitiva são relançadas de diferentes maneiras, de modo a baratear o custo do trabalho e ocultar a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais (FEDERICI, 2017). Além disso, é importante assinalar que a expropriação reposta hoje não ocorre somente com relação à propriedade, à terra e aos bens materiais, mas aos bens enquanto direitos de cidadania conquistados.

Neste sentido, no campo dos direitos de pessoas trans, o que se observa é que, a toda conquista de direitos de cidadania, assistimos a uma reação conservadora. Muitas conquistas históricas, desde normativas legais às ossaturas de políticas, vêm sendo desmanteladas.

Vale lembrar que conquistas relacionadas ao direito à expressão de gênero⁴, o que permite acessar direitos civis, políticos e sociais, só foram possíveis porque o movimento de travestis e de transexuais, desde os anos de 1990, estiveram na arena de lutas. Em sua *práxis* política, há de se destacar também o transfeminismo, que, segundo Jaqueline de Jesus (2013), como linha de pensamento e mobilização política frente aos conceitos de gênero e identidade, e, especialmente, herdeiro do feminismo negro, reelabora a categoria universal de mulheres a partir da perspectiva interseccional⁵, transformando os feminismos e fabricando novas realidades sociais. É notório que a politização de pessoas trans na esfera pública alterou as relações de poder. Não à toa, assistimos às diversas reações antigênero e antifeminismo (desde o combate à palavra gênero nas Diretrizes Curriculares Nacionais ao *menino veste azul e*

⁴ Apesar de ainda ausente no País uma lei de identidade de gênero que regulamente o direito à expressão de gênero, a população trans, que tem acessado a retificação do seu registro civil judicialmente, vem reivindicando esse direito, não sem dificuldades, no Registro Civil das Pessoas Naturais, em face de uma decisão atual, de março de 2018, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizando a alteração de nome e sexo para pessoas trans diretamente em cartório. Uma decisão que reflete a pressão social dos movimentos trans, mas que ainda demonstra a dificuldade da atenção do poder público para com o assunto.

⁵ Importante situar a *interseccionalidade* como ferramenta epistêmica poderosa para se entender a complexidade dos marcadores sociais, em articulação, no espectro do que é ser mulher. Hirata (2014) entende que “[...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc.” (HIRATA, 2016, p. 66). Não obstante estar posta há tempo na leitura e na luta políticas de mulheres negras, latinas e ameríndias, tal perspectiva possui *status* teórico nos anos de 1980, referenciado a jurista estadunidense e feminista negra, Kimberlé Crenshaw, que, no exame de casos judiciais sobre os direitos humanos de mulheres, refletiu acerca da interação entre raça, gênero e classe, chamando a atenção para a desigualdade estrutural que mulheres negras vivenciam com o sexismo e o racismo.

menina veste rosa). O vácuo legal no Brasil no que diz respeito à pauta da identidade de gênero e suas conquistas logradas a conta-gotas já fora observado por Berenice Bento (2014), especialmente pelo fato do parlamento ser composto por uma elite racista, machista e conservadora.

Contudo, o fosso entre a formulação e a implementação de políticas públicas trans está cada vez mais retesado com uma tessitura social, política e econômica agudizada pelo projeto societário bolsonarista, que reúne, de forma simbiótica, uma gestão da vida social pelo discurso misógino, racista, LGBTfóbico e de ódio à militância pelos direitos humanos e ambientais, combinada às contrarreformas no campo dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, a partir do entreguismo de nossas riquezas ao capital internacional.

Considerações finais

Somente se caça quem está viva. A permanência da caça às bruxas se estabelece não somente por ser estruturalmente necessária à dinâmica capitalista patriarcal, mas porque ainda se apresenta como estratégia de dominação e supremacia masculina para minar as formas de luta e resistência e o poder e a autonomia de mulheres, incluindo as mulheres trans.

Como foi esposado, a transfobia não está apenas no terreno da violência letal. Empenhamos um esforço analítico com pistas para ampliarmos a lente dos processos transfóbicos cotidianos e sistemáticos que falam de uma exclusão estrutural de pessoas trans, e que operam como possíveis determinantes para uma violência expressa na eliminação do corpo trans pela morte física. Dito em outras palavras, buscamos desvelar as inúmeras violências de gênero no escopo da violência estrutural, que precedem os espancamentos, linchamentos e assassinatos e que compõem as tessituras das condições de precarização social de mulheres trans, tornando-as vulneráveis a uma vida de violência.

Federici (2017) localiza o corpo como esfera de atividade definitiva para a constituição da feminilidade e afirma que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência.

Não obstante a representação social sobre os corpos trans figurá-los como corpos abjetos, são corpos que resistem e que se impõem como sujeitos, produzindo novas interpretações de gênero e redesenhando a gramática corporal e identitária do ser mulher. Com base na literatura do campo da violência de gênero, a exemplo de Suely Almeida (2007), o uso da violência, como forma de manter a dominação, apresenta-se quando a ideologia patriarcal não se revela suficientemente disciplinadora. Nessa direção, a violência transfóbica se realiza na medida, mesmo, em que as mulheres trans exercem resistência à matriz hegemônica de gênero.

Referências

- ALMEIDA, S.S. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S (Org.). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 23-41.
- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, FAPEMA, 2006.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- APÓS ser esfaqueada, travesti é agredida em hospital da Bahia. **Catraca Livre**, 19 out. 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/apos-ser-esfaqueada-travesti-e-agredida-em-hospital-na-bahia/>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos: UFSCar, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria (Entrevista). In: MEIJER, I. C.; PRINS, B. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.10, n.1 p. 155-167, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009. Acesso em: 29 jun. 2020.
- DUMARESQ, L. O cisgênero existe. **Transliteração** [site], dez.2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em: 2 set. 2020.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante Editora, 2019.
- FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- HARVEY, D. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 11., Brasília (DF), 2010. **Anais [...]**. Brasília (DF): CEPAL, jul.2010. Disponível em: https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/38882/ponenciacompleta_helenahirata.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo: Revista de Sociologia USP, v. 26, n. 1, jun. 2014.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

JESUS, J. G. de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. Florianópolis, 2013. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQ_UIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acesso em: 2 set. 2020.

LEITE JR., J. **Nossos corpos também mudam:** sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em ciências Sociais)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

MARINHO, S.; ALMEIDA, G. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia: UFG, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019. DOI: 10.5216/sec.v22i1.57888. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/57888>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARTINELLI, A. Caso Dandara ainda espera respostas do poder público dois anos após morte brutal. **Huffpost Brasil**, 16 fev. 2019, disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/dandara-dois-anos-travesti-assassinato_br_5c67742ee4b01757c36bb716. Acesso em: 29 jun. 2020.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, I. Há três anos, Dandara dos Santos era torturada e morta em rua de Fortaleza. **O Povo Online**, Fortaleza, de 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 365-373, jan./abr.2017.

SAFFIOTI, H. I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. Revista **Temporalis**, Brasília (DF): ABEPSS, n. 3, p.33-40, 2001.

Silvana MARINHO

Professora Substituta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). Mestra em Serviço Social (UERJ). Especialista em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) e em Políticas Públicas e Cultura de Direitos pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ). Bacharel em Serviço Social (UFRJ). Atualmente é assistente social de base na Comissão Temática Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS/RJ, conselheira suplente no Conselho Estadual LGBTI/RJ e pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG – NEPP-DH/UFRJ).
